



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

RAYLANE RAQUEL DA SILVA SANTOS

**AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA CATAFORTE
PARA A MUDANÇA DA REALIDADE SOCIAL EM PALMAS-TO**

PALMAS – TO

2016

RAYLANE RAQUEL DA SILVA SANTOS

**AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA CATAFORTE
PARA A MUDANÇA DA REALIDADE SOCIAL EM PALMAS-TO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal do Tocantins- Campus Palmas, como exigência à obtenção do grau Superior Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador (a): Professor Especialista Luiz Antônio Lopes Toledo.

PALMAS – TO

2016

Silva Santos, Raylane Raque da
As contribuições do programa CATAFORTE para a mudança da realidade social em Palmas-TO/ Raylane Raquel da Silva Santos. – Palmas, 2016.
64 f.

Trabalho de conclusão de curso (Tecnólogo em Gestão Pública) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – *Campus* Palmas, 2016.

Orientador: Professor Especialista Luiz Antônio Lopes Toledo

1. Políticas Públicas. 2. Resíduos sólidos. 3. CATAFORTE. I. Título

RAYLANE RAQUEL DA SILVA SANTOS

**AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA CATAFORTE
PARA A MUDANÇA DA REALIDADE SOCIAL EM PALMAS-TO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação de Curso de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal do Tocantins- Campus Palmas, como exigência à obtenção do grau Superior Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador (a): Professor Especialista Luiz Antônio Lopes Toledo.

Aprovado em: 01/12/2016

BANCA AVALIADORA

Professor Especialista Luiz Antônio Lopes Toledo- Orientador

IFTO – Campus Palmas

Professor Doutor Paulo dos Santos Batista

IFTO – Campus Palmas

Professora Mestra Juliana Abrão da Silva Castilho

IFTO – Campus Palmas

À Deus, minha família que sempre me apoiou, e aos meus professores que sempre me passaram suas sabedorias.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por me dar força e coragem para prosseguir em mais uma etapa da minha vida.

À minha família, em especial a minha mãe, e ao meu amado, pelo seu amor, apoio e dedicação.

Ao meu orientador, professor Luiz Antônio Lopes Toledo, pela orientação, paciência e dedicação na elaboração deste trabalho.

Aos demais professores que tive o prazer de conhecer ao longo do Curso de Tecnologia em Gestão Pública.

A todos os professores membros dessa banca examinadora, que possibilitam a avaliação do presente trabalho.

A todos os meus amigos pelos momentos de convívio, apoio e incentivo.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para minha formação o meu sincero muito obrigada.

*A educação é a arma mais poderosa
que você pode usar para mudar o
mundo.*

Nelson Mandela.

RESUMO

As políticas públicas consistem nos meios de o Estado resolver ou atenuar as demandas da sociedade, nas diferentes áreas, procurando garantir por meio disso o bem estar social. A questão dos resíduos sólidos é um problema global ocasionado pelas mudanças nos padrões de consumo e o aumento populacional. Com isso a busca por soluções na resolução desse problema tem crescido, e a reciclagem é tida como uma solução sustentável. No entanto nos processos da cadeia dos recicláveis, a figura dos catadores ainda ocorre de forma subordinada, e a inclusão destes tornou-se outro desafio a ser superado. A Política Nacional dos sólidos trouxe grandes avanços, possibilitando a inclusão dos catadores, mas ainda assim são fundamentais políticas públicas que permitam a organização dos catadores, para que estes possam atuar nas diferentes etapas desta cadeia, permitindo a eles a estruturação de redes de associações e cooperativas para que possam prestar serviços de coleta seletiva, e com esse objetivo e alinhado a PNRS surgiu o CATAFORTE. O presente trabalho teve como objetivo analisar o programa CATAFORTE na cidade de Palmas-TO, com o intuito de descrever o programa, permitindo identificar em que fase ele está, as dificuldades encontradas na implantação dele em Palmas-TO, e quais impactos o programa trouxe para a vida dos catadores da associação ASCAMPA. O estudo se justifica pela necessidade de verificar as contribuições do programa.

Palavras-Chave: Políticas públicas; Resíduos sólidos; Política Nacional dos Resíduos Sólidos; CATAFORTE.

ABSTRACT

Public policies consist of the means of the state resolve or alleviate the demands of society in different areas, while ensuring thereby the social welfare. The issue of solid waste is a global problem caused by changes in consumption patterns and population growth. Thus the search for solutions to solve this problem has grown, and recycling is seen as a sustainable solution. However in the recycling chain processes, the figure of collectors is still a subordinate way, and the inclusion of these became another challenge to be overcome. The National Policy of Solid Waste brought great advances, allowing the inclusion of collectors, but it's still important public policies that allow the organization of collectors, so that they can act at different stages of the chain, allowing them to structure associations networks and cooperatives so that they can provide selective collection services, and for this purpose and aligned PNRS came the CATAFORTE. This study aims to analyze the CATAFORTE program in the city of Palmas-TO, in order to describe the program, thus helping to identify what stage he is, the difficulties encountered in his deployment in Palmas-TO, and what impact this policy brought to life the ASCAMPA association of collectors. The study is justified by the need to verify the program's contributions.

Keywords: Public policy; solid waste; National Policy of Solid Waste; CATAFORTE.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Fachada da sede da ASCAMPA.....	28
Figura 2- Estrutura Organizacional da ASCAMPA.....	29
Figura 3- Criação do CATAFORTE.....	31
Figura 4- curso sobre manuseio de caminhões realizado no CATAFORTE II.....	34
Gráfico 1- Sexo	37
Gráfico 2- Faixa Etária dos catadores	38
Gráfico 3- Escolaridade dos catadores.....	38
Quadro 1- visão do perfil dos catadores.....	39
Figura 5- Terreno da ASCAMPA.....	40
Figura 6- Conquistas a partir do CATAFORTE.....	40
Figura 7- Equipamentos adquiridos através do CATAFORTE	41

LISTA DE SIGLAS

MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
PNRS	Política Nacional dos Resíduos sólidos
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
OMS	Organização Mundial da Saúde
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
IDHMA	Instituto de Direitos Humanos e do Meio Ambiente
ASCAMPA	Associação dos catadores de materiais recicláveis da região norte de Palmas
CADÚNICO	Cadastro Único do Governo Federal
FBB	Fundação Banco do Brasil
GE	Grupo Executivo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 PROBLEMÁTICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	15
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS	16
2.3 POLÍTICA NACIONAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	20
2.4 PROGRAMA CATAFORTE	22
2.4.1 Público Alvo do CATAFORTE	22
2.4.2 CATAFORTE I	23
2.4.3 CATAFORTE II	23
2.4.4 CATAFORTE III	23
2.4.5 Objetivos do CATAFORTE III	24
2.4.6 Resultados esperados com o CATAFORTE III	25
2.5 MENSURAÇÃO DE IMPACTOS EM PROGRAMAS SOCIAIS	26
3 METODOLOGIA	28
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	28
3.2 QUANTO À NATUREZA	29
3.3 QUANTO À ABORDAGEM	29
3.4 QUANTO AOS OBJETIVOS	29
3.5 QUANTO ÀS FONTES DE COLETA DE DADOS	30
3.6 QUANTO À AMOSTRA	30
3.7 QUANTO AOS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	31
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICE A	56
APÊNDICE B	58
APÊNDICE D	61
APÊNDICE E	63
APÊNDICE F	64

1 INTRODUÇÃO

As ações do homem sobre o meio ambiente tem feito o planeta sofrer diversos tipos de desgastes naturais com o decorrer do tempo, surgindo dessa forma preocupações com os aspectos ambientais. Com isso faz-se necessário desenvolver estratégias que possibilitem novas formas de produção, consumo e qualidade de vida, para que o mesmo seja preservado. Nesse contexto o Estado desempenha um papel fundamental, pois deve possuir condições financeiras e tecnológicas para promover mudanças por meio da implantação de políticas públicas e de liderar uma luta que leve em conta o paradigma da sustentabilidade.

A problemática dos resíduos sólidos é uma realidade no Brasil, e está ligada principalmente as mudanças dos padrões de consumo da sociedade e ao crescimento populacional. O aumento na geração de resíduos sólidos provoca impactos econômicos, socioambientais e de saúde pública. Com isso o governo tem buscado a implantação de políticas públicas que estimulem o manejo e a destinação adequada para os resíduos sólidos.

As políticas públicas consistem em um conjunto de planos, ações, decisões e metas governamentais, que tem o objetivo de proporcionar a resolução de problemas de interesse social. As ações das políticas públicas atuam de forma direta ou através de delegação, e influenciam a vida da sociedade (PETERS, 1986).

No contexto da correta destinação dos resíduos sólidos a reciclagem é tida como uma alternativa viável e sustentável e nesse processo os principais responsáveis por considerável parte da reciclagem no país são os catadores de materiais recicláveis, pois atuam de forma ativa em recolocar esses materiais na cadeia produtiva de resíduos sólidos. Embora a legislação já tenha dado um grande passo criando a Lei 12.305/2010 que institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, que contribuiu para uma maior participação de atuação dos catadores nos estágios da cadeia produtiva, visto que esta incentiva a criação e o desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e define que sua participação nos sistemas de coleta seletiva e de logística reversa deverá ser priorizada, ainda existe uma relação de subordinação por parte dos catadores, que se sujeitam a figura do atravessador.

Neste cenário surgiu o programa CATAFORTE, que consiste em uma política pública criada a partir da parceria entre a Secretaria Geral da União, a

Fundação Banco do Brasil, o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério do Meio Ambiente, a Funasa-Fundação Nacional de Saúde, o BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a Petrobras e o Banco do Brasil. O programa é alinhado a PNRS, e busca desenvolver ações que possibilitem a inclusão dos catadores de materiais recicláveis, minimizando os aspectos de desigualdade social, proporcionando assim melhor qualidade de vida para eles. O CATAFORTE tem o objetivo de estruturar redes solidárias de empreendimentos de catadores de materiais recicláveis de modo a possibilitar avanços na cadeia de valor e inserção no mercado da reciclagem.

O problema desta pesquisa está definido na seguinte questão: como o programa CATAFORTE contribuiu para a mudança da realidade social dos catadores de materiais recicláveis da Associação ASCAMPA, em Palmas-TO?

A relevância do estudo se reflete em conhecer como as ações do CATAFORTE podem integrar os interesses sociais, ambientais e econômicos, analisando ainda como esse programa tem contribuído para a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, analisando se ele trouxe transformações para a realidade de vida deles e para a população de Palmas-TO. Outro ponto que justifica a pesquisa é porque ela visa proporcionar uma maior reflexão sobre a valorização dos catadores, denotando como o trabalho desempenhado por essas pessoas é relevante para sociedade, e como é importante o reconhecimento delas e o investimento em políticas públicas que atuem na resolução dessa demanda, para que os catadores tenham acesso a uma vida mais digna, deixando de serem excluídos socialmente.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a execução do Programa CATAFORTE na cidade de Palmas, e para o alcance desse objetivo foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) descrever o programa CATAFORTE em sua integralidade; b) identificar em que fase de execução está o Programa CATAFORTE; c) verificar as principais dificuldades encontradas na implantação do Programa CATAFORTE e d) estimar os impactos do CATAFORTE na transformação da realidade de vida dos catadores da ASCAMPA e da comunidade local.

O presente trabalho está organizado da seguinte forma: o primeiro capítulo apresenta o tema, a problemática, a justificativa, o objetivo geral, e os objetivos específicos da pesquisa. O segundo capítulo trata da fundamentação teórica, identificando os principais autores que trabalham o tema pesquisado. O terceiro

capítulo consiste na metodologia da pesquisa, contendo a classificação dela, a definição da amostra, a apresentação dos instrumentos de coletas de dados, e o procedimentos adotados na aplicação dos instrumentos. Já o capítulo quatro expõe os resultados e discussões e, por fim, o quinto capítulo apresenta as considerações finais do presente trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Problemática dos Resíduos Sólidos

Segundo a OMS- Organização Mundial da Saúde, resíduo é algo que em determinado momento não é mais desejado pelo seu proprietário. Os resíduos existem desde que os seres humanos passaram a se congregarem em tribos, vilas e comunidades e o acúmulo de resíduos tornou-se uma consequência da vida coletiva. Para Fritsch (2009, p. 23), “produzir resíduos é inerente ao ser humano”.

Existem várias definições de resíduos sólidos. De acordo com a norma brasileira NBR 10004/2004 da ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas, resíduo sólido é definido como:

(...) resíduos nos estados sólido e semi-sólido, que resultam de atividades da comunidade de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnicas e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível. (ABNT, 2004).

Para Logarezzi (2007), resíduo ou lixo são sobras de qualquer atividade, porém, o que as caracteriza como tal varia de acordo com os valores sociais, econômicos e ambientais que lhes são atribuídas, aliada ao ato de descarte.

Segundo Bursztyn (2000) a produção excessiva de resíduos surge como consequência do crescimento populacional aliado a uma sociedade voltada para o consumo e o desperdício de recursos. A correta destinação dos resíduos sólidos tornou-se um dos grandes desafios da sociedade na atualidade, pois em grande maioria dos municípios brasileiros, o lixo é descartado de forma irregular e o despacho desses materiais é realizado em lixões. Menezes (2005, p.18) aponta que:

Segundo dados de 2000 da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico- do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), dos 5.507 municípios brasileiros pesquisados, 59% possuem lixões onde os resíduos são dispostos a céu aberto, sem tratamento, poluindo o solo, a água, margens de córregos, rios e lençóis freáticos- e o ar.

A reciclagem dos resíduos sólidos é considerada uma forma sustentável para a resolução da correta destinação dos resíduos sólidos, e também é tida ainda como uma estratégia de sobrevivência dos catadores de recicláveis.

Com isso outra grande questão nesse processo é a busca pela valorização do catador de recicláveis, que venha permitir inclusão social deles, além de valorizar a participação deles na cadeia produtiva de recicláveis.

2.2 Políticas Públicas

Com o passar do tempo as funções desempenhadas pelo Estado na sociedade passaram por diversas transformações. Seu principal objetivo no século XVIII e XIX era o de realizar a segurança pública e a defesa externa em caso de ataque inimigo.

O aprofundamento e expansão da democracia, fez com que as responsabilidades do Estado se diversificassem. Atualmente a função do Estado consiste em promover o bem-estar da sociedade. Para isso o Estado precisa desenvolver ações, que atuem diretamente nas diferentes áreas, tais como saúde, educação, e meio ambiente, fazendo isso por meio de políticas públicas. Jorge Miranda (apud, Bastos, 2002, p. 44) afirma que “o Estado é comunidade e poder juridicamente organizados”.

As Políticas Públicas são um conjunto de ações, metas e planos que os governos traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público, buscando dessa forma uma solução para as demandas ou expectativas da sociedade. De acordo com Gelinski (2008, p. 228) as políticas públicas consistem em:

(...) ações do governo destinadas a resolver as demandas da sociedade, tais como as sociais (saúde, assistência, habitação, educação, emprego, renda ou previdência), macroeconômicas (fiscal, monetária, cambial, industrial) ou outras (científica e tecnológica, cultural, agrícola, agrária), através de processos de formulação, implementação, acompanhamento e avaliação.

Para Souza (2006), não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. A autora menciona diversas definições, e de acordo com

ela a mais conhecida continua sendo a de Laswell, em que decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz. Ainda de acordo com a autora as políticas públicas podem ser resumidas como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no curso dessas ações. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Na concepção de Boneti (2007, p. 74) “o Estado se torna um agente que repassa à sociedade civil as decisões saídas do âmbito da correlação de forças travadas entre os agentes do poder”. Assim, o autor conceitua políticas públicas, da seguinte forma:

(...) Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos.

De acordo com Fonseca (2013) as políticas públicas caracterizam-se como um processo de decisão política, que é materializada em objetivos com resultados esperados, que normalmente trazem transformação para determinada realidade.

Secchi (2013, p. 15) afirma que “Política Pública é uma ação elaborada no sentido de enfrentar um problema público”. E de acordo com Rodrigues (2011, p.46) “Elas estruturam o sistema político, definem espaços e atores, e delimitam os desafios que os governos e as sociedades enfrentam”.

Para Silva (2009) uma política pública um fluxo de informações em relação ao objetivo que ela pretende atender. O Estado procura antecipar necessidades ao planejar e implementar ações que criem condições estruturais de desenvolvimento socioeconômico de um país.

As políticas publicas podem ter vários objetivos e particularidades distintas, tendo cada uma tipologia. Tipologias de políticas públicas são formas de

classificar os atores, estilos e instituições dentro de um processo de políticas públicas. Para Secchi (2012, p. 16):

(...) Uma tipologia é um esquema de interpretação e análise de um fenômeno baseado em variáveis e categorias analíticas. Uma variável é um aspecto discernível de um objeto de estudo que varia em qualidade ou quantidade. Uma categoria analítica é um subconjunto de um sistema classificatório usado para identificar as variações em quantidade ou qualidade de uma variável.

Souza (2006) cita que as políticas públicas podem assumir quatro formatos. Essa classificação é baseada na concepção de Lowi é fundamentada na máxima de que política pública faz a política, na qual Lowi quis dizer que cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio, de rejeição e que as disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas. Com isso as políticas públicas são classificadas como políticas distributivas, redistributivas, reguladoras, e constitutivas ou constituintes.

As políticas públicas distributivas implicam nas ações cotidianas que todo e qualquer governo precisa fazer, elas visam distribuir benefícios individuais, e costumam ser instrumentalizadas pelo clientelismo. De acordo com Souza (2006, p. 30) “As políticas distributivas, são as decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, privilegiando determinados grupos sociais ou regiões”.

As redistributivas visam redistribuir recursos entre os grupos sociais buscando a equidade, retiram recursos de um grupo para beneficiar outros, o que provoca conflitos. Para Azevedo (2011, p.380 “As políticas públicas redistributivas consistem em redistribuição de renda na forma de recursos e/ou de financiamento de equipamentos e serviços públicos”. São exemplos de políticas públicas redistributivas os programas de bolsa-escola, isenção de IPTU e de taxas de energia para famílias carentes, dentre outros.

As políticas públicas regulatórias tem o objetivo de definir regras e procedimentos que regulem comportamento dos atores para atender interesses gerais da sociedade, elas estabelecem obrigatoriedade. Temos como exemplos o Código Civil de trânsito, a Legislação trabalhista, e etc. Para Souza (2008) a

regulação constitui um dos vários caminhos para o governo controlar a sociedade e a conduta individual.

Por fim as políticas constitutivas consolidam as regras do jogo político. Como cita Oliveira (2008, p.4) “Elas são as normas e procedimentos sobre as quais devem ser formuladas e implementadas as demais políticas públicas”.

A formulação da Política Pública pode acontecer principalmente por iniciativa dos poderes executivo, ou legislativo, de forma separada ou conjunta, a partir de demandas da sociedade, em seus diversos seguimentos. A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas em alguns casos é assegurada na própria lei que as institui.

As políticas públicas normalmente estão constituídas por instrumentos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, encadeados de forma integrada e lógica, de planos, programas, ações e atividades.

Howlett (2011) considera que instrumentos das políticas públicas são técnicas ou meios, por meio dos quais o Estado busca alcançar seus objetivos, ou ainda segundo Lascoumes (2007, p. 8) são “dispositivos técnicos e sociais, que organizam relações específicas entre o Estado e a sociedade, segundo as representações e significados que carregam consigo.

Os planos estabelecem diretrizes, prioridades e objetivos gerais a serem alcançados em períodos relativamente longos. Os programas estabelecem, por sua vez, objetivos gerais e específicos focados em determinado tema, público, conjunto institucional ou área geográfica. Já as ações visam o alcance de determinado objetivo estabelecido pelo Programa, e a atividade, por sua vez, visa dar concretude à ação.

Portanto as políticas públicas são conjuntos de ações, programas e atividades desenvolvidas pelo Estado com o objetivo de assegurar determinado direito de cidadania. Elas visam atender determinada demanda da sociedade, procurando minimizar as principais mazelas sociais.

2.3 Política Nacional dos Resíduos Sólidos

A PNRS- Política Nacional de Resíduos Sólidos foi instituída pela Lei Federal N° 12.305, de 02 de agosto de 2010. Segundo Teixeira (2013, p. 10) “após 21 anos de negociações e ampla participação social”. A PNRS possui instrumentos para permitir o avanço ao país no enfrentamento dos principais problemas ambientais e socioeconômico decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos.

A PNRS estabelece princípios, objetivos, instrumentos, além de diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos no país (BRASIL, 2010), ela visa ainda à prevenção e redução na geração dos resíduos, tendo como proposta a adoção de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o crescimento da reciclagem e reutilização dos resíduos sólidos.

Segundo Marchi (2011) a PNRS veio com o intuito de impulsionar diretrizes permitindo a ampliação quanto à visibilidade de ameaças ambientais provenientes do descarte inconsciente dos resíduos.

A lei em seu artigo 30 Institui a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a qual deve ser implantada de forma individualizada e encadeada aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

Um dos principais instrumentos da PNRS a serem levados em conta para o fortalecimento da reciclagem é a instalação, nas cidades, de programas de coleta seletiva, envolvendo as etapas de coleta, transporte, tratamento e triagem do lixo gerado por famílias e empresas. Tais programas, além de possibilitarem uma maior eficiência para a reciclagem de materiais diversos, também reduzem os impactos ambientais causados pela disposição inadequada de resíduos sólidos, uma vez que permitem a redução do volume a ser descartado e seu redirecionamento para uma destinação mais adequada.

A PNRS trata também da inclusão dos Catadores de materiais recicláveis na cadeia produtiva dos resíduos sólidos, assim também como o desenvolvimento de metas que estimulem o avanço na organização destes para que possam ter uma melhor emancipação econômica.

Conforme a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010, p.6):

Art. 15. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, tendo como conteúdo mínimo:

[...] V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; [...]

A lei ainda reforça essa inclusão dos Catadores no art. 17 que traz:

Art. 17. O plano estadual de resíduos sólidos será elaborado para vigência por prazo indeterminado, abrangendo todo o território do Estado, com horizonte de atuação de 20 (vinte) anos e revisões a cada 4 (quatro) anos, e tendo como conteúdo mínimo:

[...] V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

A Lei 12.305/2010 apresenta várias possibilidades de inclusão social e valorização profissional aos catadores de materiais recicláveis, tais como: a participação nos planos de gestão de resíduos sólidos e o incentivo a organização desses profissionais em associações ou cooperativas. Estas ações visam melhorar o exercício profissional dos catadores de materiais recicláveis, bem como aumento da renda e inclusão social dos mesmos.

A PNRS fortalece os catadores de material reciclável, promovendo a formação de cooperativas e sua inclusão na cadeia produtiva da reciclagem. Tudo isso reflete na própria indústria da reciclagem, que vai receber resíduos da separação doméstica, da coleta seletiva e das cooperativas de catadores.

Ainda assim faz-se necessário políticas públicas com o objetivo de garantir condições de trabalho e de vida digna aos catadores de recicláveis, que atuem de forma alinhada a PNRS que visam ajudar no atingimento das metas estabelecidas na lei.

2.4 Programa CATAFORTE

A instituição da PNRS ajudou a impulsionar os processos de constituição e fortalecimento das associações e cooperativas de materiais recicláveis, possibilitando uma maior participação dos catadores de recicláveis no ciclo da cadeia produtiva, ajudando a mudar a posição de subordinados, permitindo a eles uma maior protagonismo.

No entanto tais oportunidades trouxeram desafios aos catadores, as quais abrangem a organização de empreendimentos solidários, fortalecimento da atuação em redes solidárias e estruturação física e auto gestor para inserção efetiva em processos como logística reversa, prestação de serviços de coleta seletiva, dentre outros.

Alinhado a esse processo de estímulo a constituição e fortalecimento de empreendimentos solidários, surgiu o CATAFORTE, que visa possibilitar a inserção de cooperativas no mercado da reciclagem e a agregação de valor na cadeia de resíduos sólidos. Ele visa capacitar os catadores para integrarem os sistemas de coleta de resíduos urbanos, com objetivo de permitir a estruturação de redes de cooperativas e associações para que estas redes solidárias se tornem aptas a prestar serviços de coleta seletiva para prefeituras, participar no mercado de logística reversa e realizar conjuntamente a comercialização e o beneficiamento de produtos recicláveis (FLD, 2013).

O CATAFORTE é uma parceria entre a Secretaria Geral da União, Fundação Banco do Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente, Funasa, BNDES, Petrobras e Banco do Brasil.

2.4.1 Público Alvo do CATAFORTE

O público alvo do CATAFORTE são os empreendimentos solidários de catadores de materiais recicláveis em todo o território nacional, que trabalham com coleta, processamento e comercialização de materiais recicláveis. Essas redes são agrupamentos de cooperativas e associações constituídas legalmente ou articuladas a partir de uma cooperativa ou associação de referência, para atuação conjunta na

articulação, comercialização de materiais recicláveis e outras atividades. O acesso às ações do CATAFORTE ocorrem por meio de Edital de Seleção Pública.

2.4.2 CATAFORTE I

O CATAFORTE teve início em 2009 (CATAFORTE I), contemplando 10.600 catadores e catadoras, em dezenove estados da Federação, mais o Distrito Federal. O programa CATAFORTE – Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis tinha como principal objetivo a mobilização de catadores e o estímulo a criação de cooperativas ou associações de com o intuito de permitir o fortalecimento e a autonomia deles, para atuar nas diferentes etapas da cadeia produtiva dos recicláveis. (UNITRABALHO, 2012).

2.4.3 CATAFORTE II

Em 2010, aconteceu a segunda edição o CATAFORTE II – Logística Solidária. Nesta segunda edição foram realizadas ações voltadas diretamente para as atividades de coleta, transporte e comercialização de material reciclável. Ela teve como principal objetivo fortalecer a estrutura logística das cooperativas e associações de catadores que já haviam se articulado em rede após as ações do programa na sua primeira edição. Foram concedidos caminhões para as dezesseis redes de cooperação contempladas em edital publicado pela FBB, o qual foi depois reeditado, com a seleção de mais dez redes do Norte e do Nordeste do país (FBB, 2012).

2.4.4 CATAFORTE III

Já a terceira fase do programa, o CATAFORTE-Negócios sustentáveis em redes solidárias, lançada em 2013, com o primeiro edital lançado em 2014, e posteriormente prorrogado para 2015, veio com o objetivo de estruturar, qualificar e equipar os empreendimentos de catadores de materiais recicláveis, possibilitando a inserção de cooperativas no mercado da reciclagem e na cadeia de resíduos sólidos. Vislumbra-se desta forma o acesso das redes solidárias a contratos junto ao

poder público para prestação de serviços de coleta seletiva, contratos junto a indústrias para a realização de serviços de logística reversa, a realização de comercialização conjunta e o avanço na cadeia produtiva, por meio do beneficiamento, com a agregação de valor aos materiais recicláveis. Para isso foram disponibilizados R\$ 200 milhões do orçamento dos Ministérios do Meio Ambiente e do Trabalho e Emprego, da Fundação Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, do Banco do Brasil, da Fundação Banco do Brasil e da Petrobras.

2.4.5 Objetivos do CATAFORTE III

Dentre os objetivos específicos desta fase estão: a) fortalecer e ampliar os processos produtivos e gerenciais, por meio da estruturação de iniciativas de negócios sustentáveis coletivos e auto gerenciários, nivelando as condições operacionais e administrativas dos empreendimentos participantes das redes solidárias; b) realizar processos articulados de formação para a estruturação e gestão de negócios sustentáveis, com assessoramento técnico especializado, com foco na comercialização em rede de materiais recicláveis, prestação de serviços de coleta seletiva e de logística reversa e/ou a verticalização da produção; c) promover a inclusão de catadores informais, de rua e lixões, nos empreendimentos solidários e no acesso aos benefícios gerados pelas redes solidárias; d) promover a formalização e regularização de todos os empreendimentos participantes da rede solidária, adequando-os às exigências legais vigentes e às oportunidades da Política Nacional de Resíduos Sólidos; e) promover a integração de diversas políticas públicas e outras iniciativas de apoio e inclusão de catadores de materiais recicláveis de modo a otimizar resultados, tal como articulação para desenvolvimento de ferramentas financeiras de crédito adequadas às redes de empreendimentos solidários. (COOPCENTABC, 2013).

2.4.6 Resultados esperados com o CATAFORTE III

Com as ações de formação, assistência técnica, mobilização, estruturação física das redes de empreendimentos solidários e desenvolvimento de Planos de Negócios, pretende-se alcançar nesta fase resultados como: a) a geração de renda suficiente para cada catador associado na rede obter uma renda de no mínimo um salário mínimo nacional e respectiva contribuição com a previdência social; b) aumento da renda média dos catadores de materiais recicláveis organizados coletivamente em EES - Empreendimentos Econômicos Solidários; c) viabilização da estruturação de negócios sustentáveis em redes solidárias, por meio de Planos de Negócios voltados para comercialização de materiais recicláveis em rede, prestação de serviços de coleta seletiva e de logística reversa; d) beneficiamento de materiais recicláveis, dentre outras oportunidades que possam ser identificadas pelas redes; e) capacidade das redes solidárias de empreendimentos de cobrir seus custos operacionais e de cada um dos empreendimentos, a partir de seu faturamento; f) aumento da captação de recursos provenientes de editais e estabelecimento de parcerias e contratos com empresas e órgãos públicos; g) consolidar o reconhecimento dos catadores de materiais recicláveis como profissionais da cadeia produtiva da reciclagem de resíduos sólidos e da gestão de resíduos sólidos urbanos; h) aprimoramento da capacidade técnica, produtiva, de autogestão e de comercialização das redes e das organizações associativas e cooperativadas dos catadores; i) formação de novas lideranças e capacitação das atuais para gerir negócios sustentáveis coletivos e autogestionários; j) aplicação e construção de metodologias diferenciadas para a formação e assistência técnica, que reconheça e valorize a identidade do grupo/comunidade e respeite suas formas de organização; k) aumento dos postos de trabalho, com a inclusão sócia produtiva de catadores de rua e de lixão, como parte da política pública de economia solidária no âmbito do Programa Brasil Sem Miséria e do Programa Pró-Catador do Governo Federal; l) inclusão de todos os beneficiários do CATAFORTE – Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias no CadÚnico- Cadastro Único do Governo Federal ; m) nivelamento de todos os empreendimentos da rede solidária nas questões de infraestrutura, formalização e legalização, garantindo condições mínimas para uma produção mais eficiente; n) ampliação e reconhecimento da Coleta Seletiva Solidária como uma Tecnologia Social capaz de

aumentar a eficiência das políticas de gestão de resíduos sólidos urbanos; o) sistematização de processos e saberes desenvolvidos na construção e fortalecimento dos negócios sustentáveis e solidários, possibilitando socializar e reaplicar a experiência; p) otimização de recursos e integração de iniciativas locais de desenvolvimento das redes solidárias; q) redes solidárias estruturadas para se tornarem aptas a serem contratadas pelo Poder Público local e pelas empresas, na lógica da logística reversa. O programa CATAFORTE atendeu, desde sua primeira fase, 768 empreendimentos de economia solidária em 21 estados. (COOPCENTABC, 2013).

2.5 Mensuração de impactos em programas sociais

A avaliação de um programa social envolve etapas como a análise da proposta, que examina se o programa é importante e relevante, a implementação, que avalia se o mesmo está sendo conduzido conforme o planejado, a avaliação dos resultados, que analisa se o programa implementado atingiu os objetivos previamente definidos e a mensuração dos impactos, que são entendidos como resultados e efeitos da intervenção a longo termo e que se mantêm mesmo após o término da intervenção.

Os processos avaliativos são importantes, isso porque são entendidos como ferramentas capazes de conferir qualidade e visibilidade às demandas atendidas na esfera das políticas públicas. De acordo com Gomes (2001, p.21) “A avaliação implica no exercício de importante direito democrático: o controle sobre as ações de interesse público”.

Quando é levado em conta o momento da realização de uma avaliação os estudos avaliativos diferenciam-se em ex ante e ex post. A avaliação ex ante é feita antes do início de um programa, tendo, portanto o objetivo de oferecer suporte à decisão de implementar o programa ou não, além de ordenar os vários projetos segundo sua eficiência para alcançar os objetivos determinados (Cunha, 2006). Já a avaliação ex-post acontece quando projeto está em execução ou já foi concluído, sendo que decisões são tomadas com base nos resultados alcançados, dentro dela está a mensuração dos impactos.

A avaliação focada nos impactos busca saber quais os impactos diretos ou indiretos do programa, não somente sobre os participantes, mas também na

comunidade e nos sistemas mais amplos. Na mensuração dos impactos não basta mostrar apenas que ocorreram mudanças, faz-se necessário mostrar também que as mudanças registradas não ocorreriam sem a ação realizada (CARDOSO, 2004).

Roche (2002, p.37) define impactos como “mudanças duradouras ou significativas, positivas ou negativas, planejadas ou não, nas vidas das pessoas e ocasionadas por determinada ação ou série de ações”. Portanto o impacto é avaliado ao se analisar até onde o resultado de uma intervenção acarretaram mudanças, seja na vida daqueles que se pretendia beneficiar, seja na vida de outros atores que não estavam envolvidos diretamente no programa, ou seja são os resultados alcançados e efeitos produzidos na vida das pessoas. De acordo com Franco (2006, p. 94):

“o impacto é a consequência dos efeitos de um projeto ou prática social. Expressa o grau de consecução dos objetivos em relação à população-meta do projeto. E ainda, o impacto pode ser medido em distintas unidades de análise: a do indivíduo ou grupo familiar, ou em distintos conglomerados societários (comunitário, regional, nacional)”.

Independente da natureza do impacto, sua aferição requer que sejam comparados os aspectos quantitativos, qualitativos e ideológicos da população entre o antes, no processo e o depois da ação ou experiência realizada.

3 METODOLOGIA

O conhecimento consiste no ato de se conhecer algo, ou inserir um novo conceito a algum fato qualquer. O conhecimento é considerado científico quando o pesquisador apresenta os procedimentos e técnicas que foram usados para se chegar a esse conhecimento, possibilitando dessa forma a verificação dele.

A metodologia conduz o pesquisador no desenvolvimento da pesquisa, indicando as etapas a serem seguidas, visando sempre o alcance dos objetivos propostos. A pesquisa científica é o resultado de uma investigação, e propõe a resolução de um problema, fazendo isso através da utilização de procedimentos científicos. Ela é uma oportunidade de aprendizagem pela aquisição e troca de conhecimentos.

Segundo Gil (2007, p. 17), pesquisa é definida como:

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

3.1 Classificação da pesquisa

A classificação de uma pesquisa deve seguir um critério (GIL, 2008). Essa classificação tem como base o ponto de vista da natureza, dos objetivos, dos procedimentos técnicos utilizados, e a forma de abordagem do problema investigado. A busca de respostas para determinado questionamento admite diferentes níveis de aprofundamento e depende daquilo que será pesquisado. Com isso é natural que existam vários tipos de pesquisa, e que cada uma tenha suas próprias características e procedimentos.

3.2 Quanto à natureza

Trata-se de uma pesquisa aplicada, porque é uma investigação original que visa à aquisição de novos conhecimentos e pretende contribuir para a busca de soluções dos problemas do cotidiano. Apolinário (2004, p. 152) salienta que “pesquisas aplicadas têm o objetivo de resolver problemas ou necessidades concretas e imediatas”.

3.3 Quanto à abordagem

Configura-se como uma abordagem qualitativa, pois não procura quantificar algo e sim compreender o funcionamento do CATAFORTE, por meio da descrição do funcionamento do programa, e objetivos dele, além de fazer uma observação das expectativas e opiniões dos indivíduos envolvidos nele, e os impactos na transformação da realidade de vida dos catadores. O termo qualitativo implica um compartilhamento com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível (CHIZZOTTI, 2006).

3.4 Quanto aos objetivos

Caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, visto que foi descrito a execução do programa CATAFORTE sem interferir nos fatos observados, usando na coleta de dados métodos padrões como é o caso do formulário, entrevista e questionário, que visam ajudar na descrição das experiências e das características dos beneficiados pelo programa. Para Andrade (2007, p. 114) na pesquisa descritiva “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador”.

3.5 Quanto às fontes de coleta de dados

Consiste em uma pesquisa de levantamento de campo, pois a observação e coleta dos dados foram feitos diretamente no local onde o fato do estudo ocorreu, o que permitiu um contato direto com o mesmo. Segundo Andrade (2010, p.115), “a pesquisa de campo é assim denominada porque a coleta de dados é efetuada “em campo”, onde ocorrem espontaneamente os fenômenos, uma vez que não há interferência do pesquisador sobre eles”. Dessa forma a pesquisa de campo ajudou a compreender a realidade, confrontando as informações obtidas do levantamento documental e bibliográfico com as declarações dos grupos envolvidos nele.

A pesquisa trata-se ainda de um estudo de caso, onde foi realizada uma análise da execução do programa, sempre em consonância com outras fontes que deram base ao assunto abordado, como é o caso da pesquisa bibliográfica e das entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado. Segundo Yin (2010, p. 39), o estudo de caso “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos”. O estudo de caso ajuda a conhecer como e por que certos eventos ocorrem, e também contribui para uma melhor compreensão dos fenômenos individuais, dos processos organizacionais e políticos da sociedade.

3.6 Quanto à amostra

Segundo Vergara (2007, p.50) universo é um “conjunto de elementos que possuem as características do objeto de estudo”. De acordo com Cozby (2006, p.145) o universo é composto “por todos os indivíduos de interesse para o pesquisador”. Com isso o universo que compõe a seguinte pesquisa é amplo e agrega não somente os catadores/as de materiais recicláveis da ASCAMPA- Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Centro Norte de Palmas, mas também profissionais do IDHMA- Instituto de Direitos Humanos e do Meio Ambiente envolvidos na execução do CATAFORTE. A pesquisa foi desenvolvida no período de março a dezembro de 2016.

A Associação ASCAMPA foi criada a partir da mobilização de catadores informais localizados na região norte de Palmas. Ela possui cerca de 65 catadores cadastrados, embora atualmente participem efetivamente cerca de 30 catadores. Já o IDHMA consiste em uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, possui a missão de fomentar e promover a defesa e a proteção dos direitos humanos e do meio ambiente, articulando as dimensões social e ambiental de setores da população em estado de vulnerabilidade social. A organização desenvolve ações de educação ambiental e cidadania, defesa, apoio e assessoria às comunidades quilombolas, indígenas, catadores de materiais recicláveis e juventude, ela atua com os catadores de materiais recicláveis desde 2005.

Portanto a amostra definida da pesquisa foi constituída por sete catadores de materiais recicláveis da Associação ASCAMPA, visto que estes participaram diretamente do CATAFORTE I e II, e puderam responder quais os principais impactos do programa na transformação da realidade de vida deles. A amostra foi composta ainda por cinco integrantes da equipe do IDHMA, e a presidente da instituição que estiveram envolvidos na execução das fases iniciais do programa. Esses profissionais possuem formação profissional em áreas como: serviço social, pedagogia, administração, biologia e direito. Eles tiveram uma maior experiência prática com CATAFORTE, e puderam destacar as principais dificuldades encontradas na execução do programa, além de terem ajudado na identificação da fase na qual o programa se encontrava.

3.7 Quanto aos instrumentos de coleta de dados

A descrição do programa aconteceu a partir do levantamento bibliográfico e documental, tendo como fonte documentos disponibilizados em sites na internet, livros, e os relatórios do programa disponíveis no IDHMA, entidade executora das fases iniciais do CATAFORTE no município de Palmas-TO, o que serviu de base para o detalhamento dessa política pública.

Com o intuito de identificar em qual fase de execução na qual o CATAFORTE encontrava-se a época, foi aplicada uma entrevista semiestruturada (Apêndice A) à presidente responsável pelo IDHMA. A entrevista foi composta por vinte e duas questões, com perguntas relacionadas ao objetivo de cada etapa do programa e quais as executadas pela instituição. Também foi realizada uma

entrevista semiestruturada com os cinco profissionais do IDHMA e com a presidente do IDHMA (Apêndice B) que tiveram um maior contato com os catadores durante a execução do programa, com o objetivo de verificar quais as principais dificuldades encontradas na implantação do programa. Para Gil (2006, p.30), “a entrevista é seguramente a mais flexível de todas as técnicas de coleta de dados de que dispõem as ciências sociais”.

Martins (2008, p. 27) conceitua entrevista da seguinte forma:

(...) trata-se de uma técnica de pesquisa para coleta de dados cujo objetivo básico é entender e compreender o significado que os entrevistados atribuem a questões e situações, em contextos que não foram estruturados anteriormente, com base nas suposições e conjecturas do pesquisador.

Para alcançar o objetivo de verificar os impactos do programa foi aplicada uma entrevista de grupo focal para sete catadores da ASCAMPA (Apêndice C), o que permitiu estimular uma discussão sobre o CATAFORTE, possibilitando estimar a mensuração dos impactos do programa na transformação da realidade de vida deles. Para facilitar a discussão todos os participantes incluindo a mediadora sentaram em círculo. Inicialmente foi realizada a abertura onde foi apresentado o objetivo do processo, e o tema a ser explorado. Logo em seguida foi aberto o debate para que cada participante colocasse suas opiniões a respeito do programa, assim também como as expectativas sobre o mesmo e quais mudanças cada um pode verificar a partir do CATAFORTE. Esse procedimento teve duração de 40 minutos. Gaskell (2002, p. 79) considera que “os grupos focais propiciam um debate aberto e acessível em torno de um tema de interesse comum aos participantes. Um debate que se fundamenta numa discussão racional na qual as diferenças de *status* entre os participantes não são levadas em consideração”. Para Gonzáles (2002, p. 2) a técnica de grupo focal além de permitir que o pesquisador obtenha os dados necessários ao seu estudo “garante aos pesquisados um espaço de reflexão de suas próprias concepções, de uma autoavaliação, o que possibilita a mudança de comportamento”.

Para os Catadores de materiais recicláveis foi aplicando ainda um questionário composto por vinte e cinco questões, que tinha como objetivo descobrir informações em um processo de sondagem, o que ajudou na mensuração dos

impactos do CATAFORTE na transformação da realidade de vida deles e da comunidade local. De acordo com Cervo (2007, p.53) “o questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com mais exatidão o que se deseja”. Para absorver todas as informações repassadas pelos catadores de materiais recicláveis durante a aplicação dos instrumentos de coleta de dados, foi realizada a gravação da entrevista de grupo focal e também das respostas dadas pelos catadores da ASCAMPA durante a aplicação do questionário, processo realizado de forma individual e oral.

De acordo com Yin (2001), quando se utiliza a triangulação, que consiste na combinação de instrumentos de pesquisa, esta oferece maior confiabilidade.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

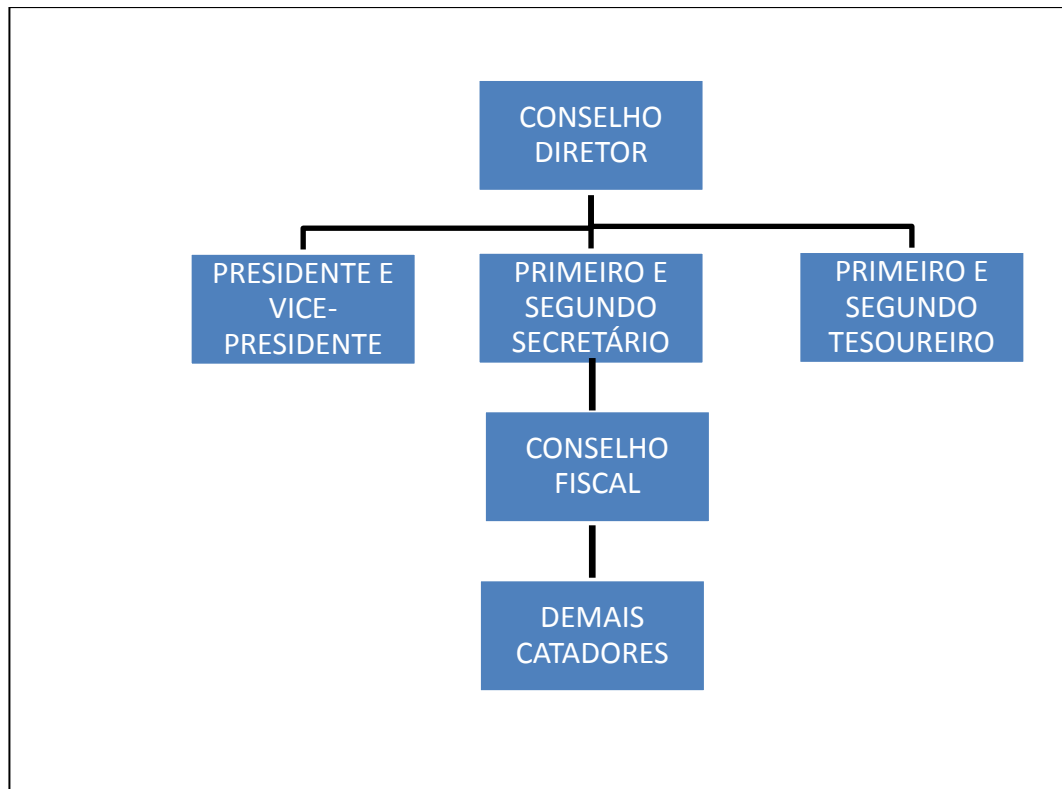
A Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Centro Norte de Palmas, denominada também pela sigla ASCAMPA é uma associação popular criada em fevereiro de 2005, e está localizada na região norte de Palmas-TO, conforme figura 1 .

Figura 1- Fachada da sede da ASCAMPA



Fonte: Autora (2016).

A ASCAMPA conta com 69 catadores cadastrados, e luta para se manter no mercado de recicláveis objetivando também a conscientização das pessoas para a questão dos resíduos sólidos e o futuro do planeta. O estatuto da associação prevê a estrutura organizacional composta por conselho diretor, conselho fiscal e demais membros, todas as funções são ocupadas por catadores e catadoras, conforme figura 2.

Figura 2- Estrutura Organizacional da ASCAMPA

Fonte: Autora (2016).

Os catadores da ASCAMPA foram beneficiados pelo programa CATAFORTE I e II e também estavam inseridos no CATAFORTE III, que se encontrava em execução durante a realização da presente pesquisa. O estudo ocorreu no período de março a dezembro de 2016 e para a realização da mesma os instrumentos de coleta de dados foram aplicados para sete catadores do empreendimento.

É importante relatar cada item dos objetivos específicos para um melhor entendimento de qual o procedimento utilizado na coleta de dados, e quais os resultados obtidos.

- 1º objetivo específico: descrever o programa CATAFORTE em sua integralidade.

Para a descrição do CATAFORTE foram consultados materiais bibliográficos, tais como sites, livros e os relatórios disponibilizados pelo IDHMA.

O CATAFORTE é uma política pública desenvolvida a partir do CIISC-Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis, que foi criado em 2003 e reestruturado e renomeado em

2010 pelo Decreto 7.405. A finalidade do CIISC é articular as ações do governo federal para construção de políticas públicas que promovam a inserção socioeconômica dos catadores de material reciclável.

O CIISC é composto por 24 órgãos da administração direta e indireta do governo federal sendo eles: A Casa Civil da Presidência da República; Ministérios da Educação; Saúde; Trabalho e Emprego; Ciência e Tecnologia; Meio Ambiente; Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Cidades; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Previdência Social; Turismo; Planejamento, Orçamento e Gestão; Minas e Energia; Fazenda; Secretaria Geral da Presidência da República; e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. São convidados os seguintes órgãos: FUNASA, IPEA, BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Fundação Banco do Brasil, ITAIPU, PETROBRAS, ELETROBRAS. O Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR) tem assento permanente no Comitê, ele é um dos convidados que participa do comitê.

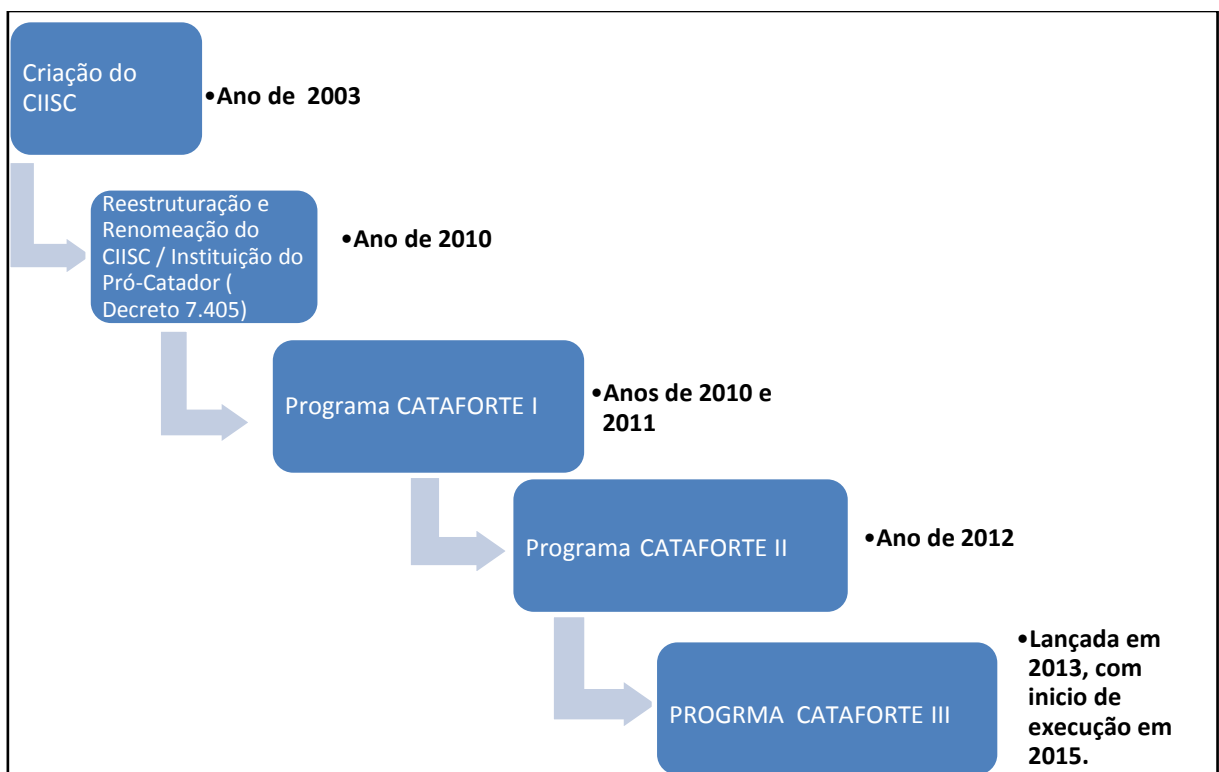
O CIISC está organizado em oito GE- Grupos Executivos que se reúnem periodicamente para discutir temas referentes à inclusão social e econômica dos catadores. São eles:

- GE 1- RESGATE – Articular ações e apoio a estados e municípios para a inclusão dos catadores no encerramento dos lixões;
- GE 2 - MEMÓRIA – Análise do impacto do investimento do governo federal para os catadores;
- GE 3 - AUTONOMIA – Criar ferramentas financeiras e ações de fomento, qualificação e assessoramento para grupos produtivos de catadores;
- GE 4 - INTEGRAÇÃO – Acompanhar os acordos setoriais do Ministério do Meio Ambiente, garantindo a participação dos catadores na cadeia produtiva dos resíduos sólidos;
- GE 5 - FEDERATIVO – Apoiar a contratação dos grupos de catadores nos serviços de coleta seletiva dos municípios;
- GE 6 - COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA – Estimular e implementar a Coleta Seletiva Solidária (Decreto 5.940/06).
- GE 7 - ESTUDOS E PESQUISAS – Produzir relatórios e diagnósticos sobre o espaço do catador na cadeia da reciclagem.

- GE 8 - MEDIDAS INSTITUCIONAIS – Adaptar e propor alterações de legislação com objetivo de facilitar a implementação das várias políticas para os catadores.

Com a criação do CIISC foi instituído o Programa Pró-Catador, com a finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento. Visando potencializar as ações do Pró-Catador, foi criado o programa CATAFORTE, conforme figura 3.

Figura 3- Criação do CATAFORTE



Fonte: Autora (2016).

O CATAFORTE é uma política pública que visa contribuir para a constituição e fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários constituídos por catadores e catadoras de materiais recicláveis. Esse fortalecimento ocorre quando catadores e catadoras se conscientizam da importância do seu papel e da

necessidade de se organizarem, bem como quando o poder público e a sociedade atuam para reconhecer esses trabalhadores e trabalhadoras como agentes que contribuem para um ambiente mais sustentável.

As ações do CATAFORTE são realizadas com base nos princípios da economia solidária por meio de formações, assistência técnica e infraestrutura, contribuindo para o protagonismo desses trabalhadores em processos de comercialização, prestação de serviços e processamento de materiais recicláveis. Esse nome surgiu a partir da união das palavras “catador” e “fortalecido”.

No estado do Tocantins o CATAFORTE I- Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis aconteceu nos anos de 2010 e 2011. Essa etapa visou o fortalecimento do associativismo e cooperativismo dos catadores de materiais recicláveis. Dentre as principais ações do CATAFORTE I estão: a) Formação social, profissional, política e cultural dos catadores de materiais recicláveis organizados coletivamente; b) Assistência técnica para os empreendimentos autogestionários dos catadores visando à formalização dos empreendimentos e à melhoria das condições de trabalho e de renda.

O CATAFORTE II aconteceu no ano de 2012, e foram atendidos nesta etapa 200 catadores, sendo 65 catadores de Araguaína, 65 de Palmas, 20 de Porto Nacional, 20 de Paraíso e 30 de Gurupi. Essa fase teve o objetivo de fortalecer a infraestrutura de logística das cooperativas e associações, viabilizando o aumento de suas capacidades operacionais de coleta, transporte e comercialização.

A entidade responsável pela execução das fases I e II do CATAFORTE no Tocantins foi o IDHMA- Instituto de Direitos Humanos e Meio Ambiente, já a terceira fase está sendo executada pela FAPTO, e teve início no ano de 2015.

- 2º objetivo específico: Identificar em que fase de execução está o Programa CATAFORTE.

Para identificar a fase de execução do CATAFORTE foi aplicada uma entrevista semiestruturada à Presidente do IDHMA. (APÊNDICE A).

A partir das respostas obtidas por meio da entrevista foi constatado que o CATAFORTE teve as fases I e II executadas pelo IDHMA- Instituto de Direitos Humanos e Meio Ambiente, e que o programa está em sua terceira fase de execução.

Ainda no ano de 2009 o IDHMA, instituição que já atuava com os catadores de recicláveis desde 2005 no município de Palmas-TO, participou da seleção para concorrer como entidade executora do CATAFORTE I- Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis, no estado do Tocantins, sendo ela selecionada.

Em 2010 iniciou a execução da primeira fase do programa, constituída inicialmente a partir do convênio firmado entre o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da SENAES- Secretaria Nacional de Economia Solidária e a FBB- Fundação Banco do Brasil, e que teve por objetivo promover ações de capacitação, formação e assistência técnica, com vistas ao fortalecimento das organizações sociais e produtivas dos catadores de materiais recicláveis e das formas de autogestão dos empreendimentos econômicos solidários.

Dentre os resultados do CATAFORTE I no estado do Tocantins estão: (a) a criação das Associações de Catadores de Araguaína e Gurupi; (b) aquisição de um terreno em Palmas para construção do galpão da ASCAMPA doado pela prefeitura; (c) aprovação do projeto de aquisição de equipamentos e veículos para ASCAMPA – Edital Funasa/2010, com entrega em 2013; (d) implantação da coleta seletiva em duas quadras de Palmas (antiga arse 91 e na arno 41) onde os materiais recicláveis eram destinados aos Galpões de catadores, o que aconteceu entre os anos de 2010 e 2012.

No ano de 2012 o IDHMA executou a segunda fase do programa, o CATAFORTE II- Logística Solidária. A parceria do CATAFORTE II foi composta pelo BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Ministério do Trabalho e Emprego e Petrobrás.

As principais ações dessa etapa consistiram na: a) aquisição de veículos às entidades de catadores de materiais recicláveis; b) capacitação de catadores e lideranças das cooperativas e associações com foco em logística; c) estruturação de redes de logística, visando a otimização de recursos de infraestrutura e a potencialização da capacidade de coleta, distribuição e entrega dos materiais para as indústrias consumidoras. As associações e cooperativas do Tocantins nessa fase foram contempladas apenas com as capacitações, onde foram tratados assuntos referentes ao manuseio de caminhões e logística solidária, conforme figura 4.

Figura 4- curso sobre manuseio de caminhões realizado no CATAFORTE II



Fonte: IDHMA (2012).

Dentre os resultados do CATAFORTE II pode-se apontar a criação da Rede Reccamto- Central das Associações e Cooperativas dos Catadores de Materiais Recicláveis do Tocantins.

A terceira etapa do programa, o CATAFORTE III- Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias, lançada em 2013, tem previsão de duração de três anos e esta fase vem sendo executada desde 2015, pela FAPTO - Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins. Para a Presidente do IDHMA:

“O IDHMA contribuiu bastante para o Estado participar do CATAFORTE III, pois durante o CATAFORTE II nós organizamos as associações e cooperativas de catadores em rede (Reccamto), sendo esse o requisito para a participação na fase III do programa, inclusive faço parte da equipe de execução do CATAFORTE III”.

- 3º objetivo específico: verificar as principais dificuldades encontradas na implantação do Programa CATAFORTE.

Para alcançar este objetivo foi aplicada uma entrevista semiestruturada (Apêndice B) aos cinco profissionais do IDHMA que participaram da execução do CATAFORTE I e II. As questões estão relacionadas às dificuldades enfrentadas por eles durante a execução do programa e estavam relacionadas aos seguintes aspectos:

-Pessoas:

A dificuldade de compreensão dos catadores em absorver os conhecimentos transmitidos durante as capacitações foi um dos fatores apontados. Os catadores de recicláveis consistem em um público que vivem em situação de vulnerabilidade social muito grande, as limitações relacionadas ao processo de aprendizagem são significantes.

Outro fator apontado consiste na grande rotatividade dos catadores nas associações e cooperativas. Grande parte dos catadores que participaram da primeira fase do CATAFORTE não participou da segunda fase e também não está participando da terceira fase do programa, o que dificulta os processos de capacitações, o que conseqüentemente reflete na organização e fortalecimento dos catadores.

- Financeiros:

A liberação dos recursos financeiros era realizada mediante a elaboração, apresentação e aprovação dos relatórios de execução, o que dificultou algumas ações, visto que para a elaboração e verificação desses relatórios eram necessários prazos, dessa forma muitas vezes as capacitações eram feitas com poucos recursos, com o intuito de atingimento das metas dentro do período estipulado.

- Estrutura:

Devido à falta de uma estrutura adequada para a realização dos treinamentos aos catadores de materiais recicláveis, muitas vezes as capacitações eram organizadas em locais sem uma boa estrutura física, não sendo possível proporcionar aos participantes um maior conforto em relação até mesmo a falta de climatização do local.

-Agenda:

Para que fossem realizadas as capacitações foram necessárias adequações relacionadas à disponibilidade dos catadores. Os treinamentos algumas vezes tiveram que ser realizados aos fins de semana para que os catadores pudessem participar, pois os mesmos, durante o decorrer da semana, estavam envolvidos na atividade de catação de materiais recicláveis, ou em outras atividades pertinentes à função deles nas associações e cooperativas.

-Falta de apoio do Poder Público:

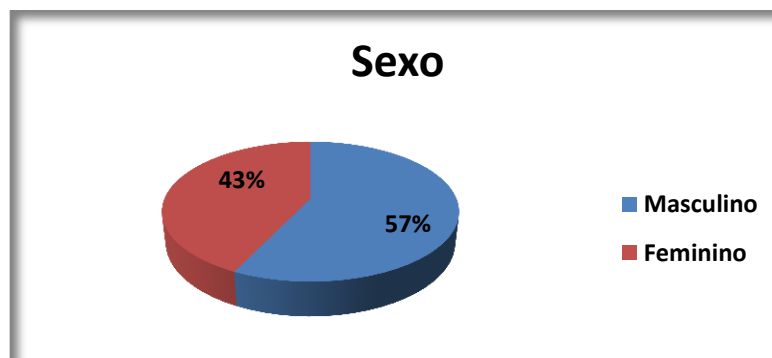
Outra dificuldade encontrada consistiu na falta de apoio do Poder Público. De acordo com um dos funcionários entrevistados o colaborador 1:

“Tem gente que fala muito, mas que concretamente não ajuda em nada, não existe um incentivo do poder publico estadual e municipal, no apoio aos catadores. Até o momento os recursos que foram destinados aos catadores são recursos vindos do Governo Federal”.

Para superar as dificuldades em relação à execução do CATAFORTE, a equipe executora do programa utilizou ações como, a adequação das capacitações à agenda dos catadores, e o uso de parceria com instituições para conseguir locais pra realizar as capacitações e alimentação para fornecer-lhes durante esse período.

- 4º objetivo específico: estimar os impactos do CATAFORTE na transformação da realidade de vida dos catadores da ASCAMPA e da comunidade local.

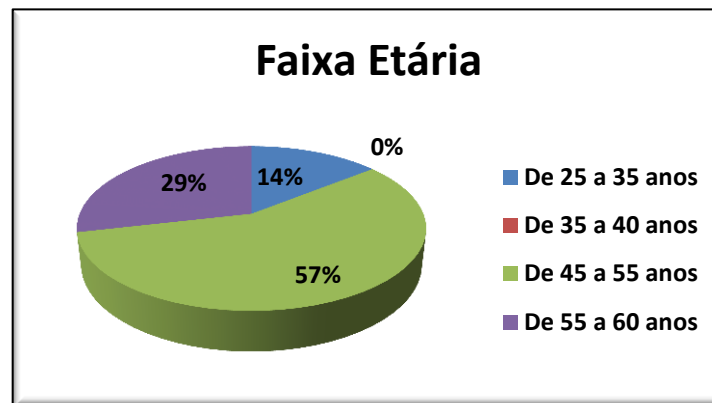
Para o alcance deste objetivo foi realizada inicialmente a aplicação de um questionário (Apêndice D) e uma entrevista de grupo focal (Apêndice C). O questionário era composto por 25 questões acerca da vida pessoal, familiar e socioeconômica dos catadores. A entrevista de grupo focal teve o objetivo de proporcionar uma discussão, focada na forma como eles conheceram o CATAFORTE, porque decidiram participar dele, as opiniões deles sobre o programa, e quais as contribuições dessa política pública na transformação da realidade de vida deles. Os instrumentos foram aplicados para sete catadores da associação ASCAMPA e esses procedimentos foram gravados com o intuito de coletar todos os dados informados. Na amostra pesquisada 57% era do sexo masculino e 43% do sexo feminino, conforme o gráfico 1.

Gráfico 1- Sexo

Fonte: Autora (2016).

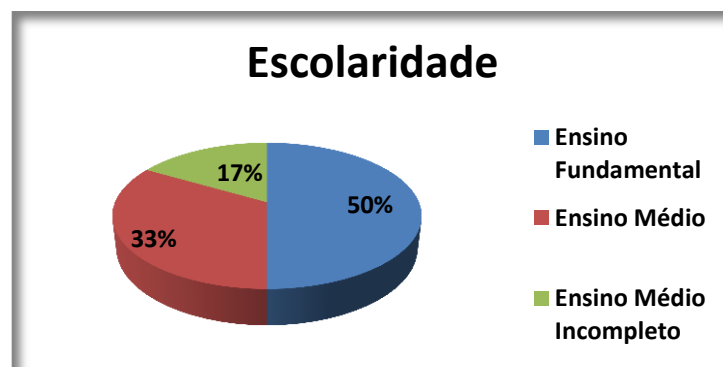
Conforme apontado no gráfico 1, a maior parte dos catadores entrevistados pertence ao sexo masculino, no entanto, é possível identificar que existe uma grande participação feminina no setor da reciclagem. As mulheres estão atuando cada vez mais nos diversos processos dessa atividade, que vão desde a catação, e separação dos materiais, até as funções de liderança, sendo isso perceptível na própria diretoria da ASCAMPA, que é presidida atualmente por uma mulher. As catadoras, que muitas vezes são as principais responsáveis pelo sustento da família, são verdadeiras lideranças comunitárias e vêm se destacando a cada dia na luta por igualdade social para os catadores.

De acordo com a idade dos pesquisados 86% possuíam faixa etária de 45 a 60 anos, conforme aponta o gráfico 2. Para a amostra pesquisada a catação é considerada uma atividade de sobrevivência, e a idade não constitui um fator de exclusão para a execução dela. Do total da amostra, 98% declararam já ter tido outras experiências profissionais, tais como, diarista, montador de móveis, doméstica, e outras atividades da zona rural. No entanto devido a dificuldades de se manterem no mercado de trabalho, principalmente pela baixa qualificação profissional, e também pelas necessidades financeiras, passaram a trabalhar com a catação de materiais recicláveis.

Gráfico 2- Faixa Etária dos catadores

Fonte: Autora (2016).

Com relação à escolaridade dos pesquisados, conforme gráfico 3, foi possível apontar que a cada dez catadores, sete possuem o ensino fundamental completo, dois possuem o ensino médio completo, e um o ensino médio incompleto. Isso é um fator positivo, visto que é por meio da educação que ocorre o desenvolvimento social, econômico e cultural, e isso consequentemente se reflete nas funções executadas por eles. Foi possível estimar que a falta de oportunidade de trabalho foi um dos motivos que os levou a iniciarem a atividade de catador.

Gráfico 3- Escolaridade dos catadores

Fonte: Autora (2016).

A partir da aplicação do questionário e entrevista de grupo focal foi possível constatar que o CATAFORTE, por meio dos processos formativos, contribuiu para o empoderamento dos catadores, que passaram a ter uma maior percepção sobre seus direitos, sabendo da importância do papel deles tanto para o meio ambiente

como também para a sociedade. Como citado por um dos catadores na entrevista de grupo focal. De acordo com o Catador 1:

“antigamente a gente catava, mas tinha vergonha, até mesmo porque o pessoal discriminava muito a gente. Mas hoje a sociedade já nos vê como profissionais. O catador tem uma profissão, tem o seu valor, como outros profissionais”.

O trabalho desempenhado pelos catadores atua nos âmbitos econômico, ambiental e social, o aumento do material enviado para reciclagem, bem como a melhoria no serviço de limpeza pública, são consequências do trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Por meio das políticas públicas voltadas ao apoio dos catadores à visão que a sociedade tem sobre o trabalho desempenhado por eles vem mudando, conforme quadro 1.

Quadro 1- visão do perfil dos catadores

O QUE MUDA?	
ANTES	DEPOIS
CATADORES DE LIXO	PROFISSIONAIS
VERGONHA E DISCRIMINAÇÃO	VALORIZAÇÃO

Fonte: Autora (2016).

Por meio das ações do CATAFORTE houve uma maior visibilidade dos catadores. Durante a execução do programa foram realizadas mobilizações junto a Prefeitura Municipal de Palmas-TO, e através das pressões realizadas pelos catadores, houve a doação do terreno no qual a ASCAMPA está localizada, conforme figura 5. Os catadores passaram a ter uma maior percepção sobre a importância de se unirem e levarem suas demandas ao Poder Público.

Figura 5- Terreno da ASCAMPA

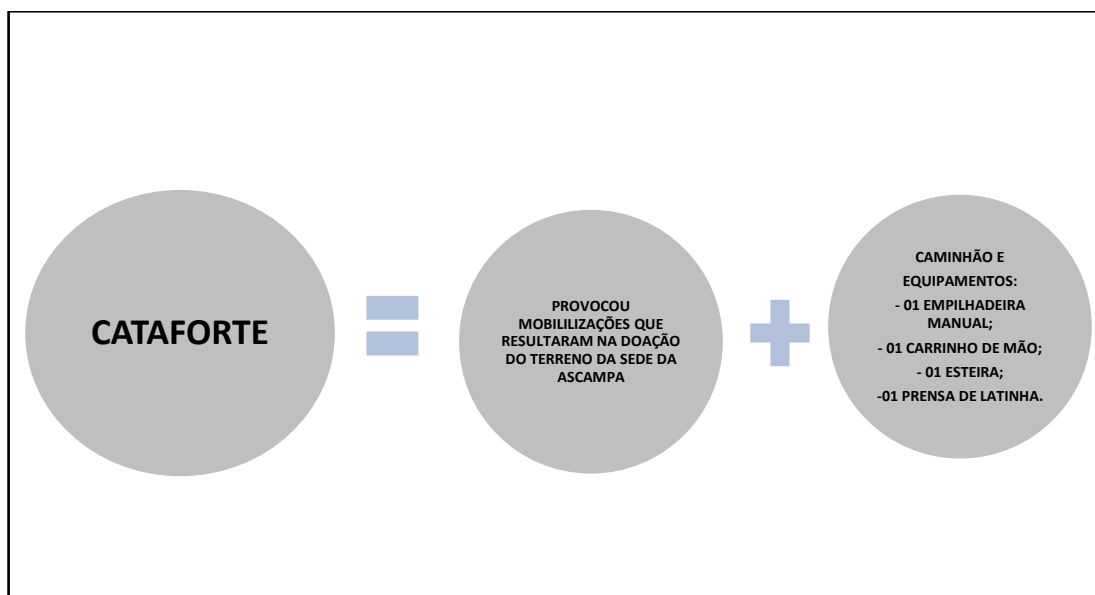


Fonte: Autora (2016).

O CATAFORTE trouxe ainda uma maior estruturação da Associação ASCAMPA. Durante a primeira fase do programa, através da FUNASA foi realizada a aquisição de 01 caminhão e equipamentos, conforme figura 6 e figura 7, o que proporcionou uma maior autonomia para os catadores. De acordo com um dos catadores que respondeu o questionário aplicado, o Catador 2 os equipamentos recebidos foram:

“uma empilhadeira manual, alguns carrinhos de mão, uma esteira, e uma prensa de latinha, que ajudou na logística dos trabalhos realizados internamente”.

Figura 6- Conquistas a partir do CATAFORTE



Fonte: Autora (2016)

Figura 7- Equipamentos adquiridos através do CATAFORTE



Fonte: Autora (2016).

Em relação aos impactos do CATAFORTE na renda dos catadores, grande parte dos pesquisados não possuíam uma renda fixa antes de se tornarem catadores e iniciaram nessa atividade devido às necessidades financeiras. Atualmente os catadores que muitas vezes não conseguem tirar um salário mínimo do processo de reciclagem, mas sentem-se importantes, pois se consideram agentes ambientais, e se orgulham do trabalho que realizam. Dentre os resultados esperados com as ações do CATAFORTE III está o aumento da renda média dos catadores para que eles consigam obter uma renda de pelo menos um salário mínimo.

Com as capacitações voltadas para a logística dentro das associações, os catadores passaram a organizar melhor as rotinas de trabalho como, a separação e armazenamento de materiais, e as relações de comercialização dos recicláveis.

Outro fator apontado está relacionado ao tratamento dos catadores por parte da sociedade. A maior parte dos catadores pesquisados afirmou que existem pessoas que consideram seu trabalho importante, mas existem também pessoas que os discriminam. O reconhecimento do trabalho dos catadores encontra-se em construção, e vem acontecendo por meio dos diálogos entre os catadores, o poder público e a sociedade.

Segundo um dos catadores, o Catador 3:

“A partir do momento que o CATAFORTE entrou na associação, algumas coisas realmente mudaram, porque infelizmente o ser humano discrimina bastante esse serviço. Eles não chamavam a gente de catadores de recicláveis, eles chamavam de catadores de lixo, mas agora a sociedade já sabe da nossa importância. As pessoas vem trazer materiais aqui, saem de lugares distantes para trazer três ou quatro garrafas pets, elas estão deixando de colocar sujeiras dentro do material, porque antigamente as pessoas achavam que tudo era reciclado, então teve mudança sim”.

A sociedade vem com o decorrer do tempo se sensibilizando a respeito do trabalho desempenhado pelos catadores, no entanto ainda é necessária uma maior conscientização da sociedade.

Também houve uma mudança na relação com os órgãos responsáveis por promover o saneamento básico da população com a associação. Segundo um dos pesquisados o Catador 4:

“a FUNASA era um dos órgãos que a gente mais batia de frente, não exatamente a FUNASA, mais a parte da saúde, por causa de dengue, a gente tinha muito problema com os setores da saúde, devido ao acúmulo dos materiais. Mas a partir do momento que veio o CATAFORTE, e a FUNASA apoia esse programa, diminuiu a pressão que esses órgãos faziam sobre nós. Hoje a saúde ajuda a gente, antigamente ela multava a gente. Eles perceberam que nós somos responsáveis por tirar grande parte dos materiais jogados nas ruas, e que por meio disso os materiais voltam a ser reciclados e isso também ajuda na luta contra a dengue”.

Foi possível identificar ainda que existe uma preocupação por grande parte dos catadores em relação a finalização do CATAFORTE, e uma das expectativas apontadas é a conquista da autonomia deles, para que consigam ao final do programa estarem organizados e estruturados para atuarem de forma efetiva nas diversas etapas da cadeia dos recicláveis, podendo ser contratados como responsáveis pela coleta seletiva, sendo isso nítido na fala de um deles, o Catador 5:

“meu sonho é ver os catadores caminharem com suas próprias pernas, sem depender de projetos, nada contra os projetos, mas vai chegar uma hora que vai acabar, então eu quero que a gente tenha essa independência, meu sonho é ver o catador realmente unido”.

Apesar dos envolvidos no processo de execução e dos beneficiários do CATAFORTE acreditarem no programa e confiarem naquilo que ele propõe foram apontadas sugestões de melhorias para essa política pública. Sendo elas:

- Maior agilidade na liberação dos recursos para realização das ações propostas em cada etapa do programa.

- Após ação prevista no CATAFORTE I, de organização dos catadores em empreendimentos solidários, deveria ter ocorrido a estruturação das associações. O programa deveria ter priorizado a construção dos galpões, para que os empreendimentos pudessem receber os equipamentos previstos no CATAFORTE III. De acordo com a Presidente do IDHMA atualmente na terceira fase do CATAFORTE, o recurso para compra dos equipamentos já foi liberado, no entanto para que as cooperativas e associações tenham acesso a eles é necessário que elas possuam uma estruturação física conforme normativa da FUNASA, e nenhum dos empreendimentos a atende.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa abordou como tema as contribuições das políticas públicas para a mudança da realidade social em Palmas-TO. Foi realizado um estudo de caso sobre o programa CATAFORTE, que tem como principal objetivo estimular a organização dos catadores, para que estes possam atuar nas diversas etapas da cadeia dos recicláveis, promovendo desta forma a inclusão socioeconômica dos mesmos.

A Produção e destinação final de resíduos sólidos representa um dos principais problemas ambientais do planeta. Aliada à questão ambiental, existe também a questão social, haja vista que existe um grande número de pessoas que sobrevivem da coleta, separação e venda deste material que são os catadores de materiais recicláveis. Não raro esses catadores trabalham em condições precárias e se encontram em situação de extrema exclusão social.

Este estudo iniciou a partir do seguinte problema: como o programa CATAFORTE contribuiu para a mudança da realidade social dos catadores da ASCAMPA? Para isso realizou-se uma análise da execução dessa política pública, buscando descrevê-la em sua integralidade, identificar a fase de execução que ela se encontrava, verificar as principais dificuldades encontradas na sua implantação e estimar os impactos dela na transformação da realidade social dos catadores da ASCAMPA e da comunidade local.

Verificou-se que o CATAFORTE encontra-se em sua terceira fase de execução desde 2015 sobre a responsabilidade da FAPTO, as etapas anteriores foram executadas pelo IDHMA. Na terceira etapa do programa estão sendo beneficiados catadores dos municípios de Palmas, Araguaína, Porto Nacional, Gurupi e Paraíso. As dificuldades encontradas durante a execução das fases iniciais do programa estão relacionadas à grande rotatividade dos catadores na associação, à adequação da equipe responsável pelas capacitações à agenda dos catadores, à dificuldade de compreensão dos catadores nos processos formativos em função do nível de conhecimento deles, e somado a isso, à falta de uma estrutura adequada para a realização das oficinas. Outro fator que interferiu diretamente na execução dessa política pública foi à morosidade na liberação dos recursos financeiros para realização das ações previstas pelo programa, em função principalmente de uma

burocracia, em que eram exigidos relatórios diversos daquilo que havia sido feito, e também o próprio fato do programa ser uma novidade.

A partir do CATAFORTE os catadores da ASCAMPA passaram a compreender melhor a importância do trabalho que eles desempenham e os impactos disso para o meio ambiente e a sociedade. A política pública trouxe um incentivo à organização deles em associação, visto que ela é alinhada a PNRS e busca o fortalecimento e a constituição de empreendimentos solidários compostos por estes trabalhadores, com o objetivo de permitir a participação efetiva deles nas diversas etapas da cadeia produtiva dos recicláveis. O fato de os catadores estarem inseridos em uma associação despertou neles o sentimento de pertencerem a um grupo, deixando de lado a figura do catador isolado. Isso deu a eles um empoderamento, e estes passaram a ter uma voz mais ativa nos fóruns e discussões realizadas, fazendo com que os mesmos comesçassem a fazer pressões junto ao Poder Público municipal, e por meio dessas mobilizações foi conseguida a doação do terreno onde a ASCAMPA está localizada atualmente.

As ações do CATAFORTE II trouxeram para os catadores um conhecimento mais abrangente de todas as fases que envolvem a logística reversa, e isso ajudou na organização de trabalho deles. Com a disponibilização de equipamentos por meio do programa os catadores conseguiram ter mais autonomia e um aumento na eficácia do seu trabalho, fatores que refletiram na melhora de faturamento deles, e contribuiu para a diminuição do descarte de resíduos sólidos no meio ambiente, afetando de forma positiva a saúde pública, com a diminuição da infestação de vetores causadores de doenças, impactando assim toda a sociedade.

O CATAFORTE trouxe impactos positivos para a vida dos catadores da ASCAMPA, mas apesar da primeira fase do programa ter trabalhado sobre a importância da união dos catadores ainda faz-se necessário que a política trabalhe os aspectos de formação sobre o associativismo e cooperativismo de forma mais efetiva, visto que existe uma disputa muito grande por parte dos catadores dentro dos empreendimentos, e isso enfraquece a organização e a estruturação deles.

Como o programa CATAFORTE está em sua terceira fase seria importante que outro estudo fosse realizado após a conclusão do mesmo, para verificar a efetividade dessa política pública na vida dos catadores da Ascampa.

O presente estudo veio contribuir para um maior reconhecimento do trabalho desempenhado pelos catadores de recicláveis no município de Palmas-TO,

denotando a importância da valorização desses profissionais. A pesquisa visou ainda o incentivo à implementação de políticas públicas direcionadas aos catadores, de forma a garantir a eles condições dignas de trabalho e de vida.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2004.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, NBR 10004: **classificação de resíduos sólidos**, Rio Janeiro, 2004.
- BEZERRA, Maria do Carmo de Lima, BURSZTYN, Marcel. **Ciência & tecnologia para desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ed. Abipti, 2000, p. 13-17.
- BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí (RS): Unijuí, 2007.
- COOPCENTABC. **Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo do Catadores de Materiais Recicláveis**. 2013. Disponível em: <http://www.coopcentabc.org.br/documentos/Edital_CATAFORTE_III/Anexo_I_Termo_de_Referencia_Edital_001_2013_versao_19_07.pdf> Acesso em: 12 julho 2016.
- FLD. **Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo do Catadores de Materiais Recicláveis**. 2013. Disponível em: <<http://www.fld.com.br/uploads/publicacoes/Cataforte.pdf>> Acesso em: 18 julho 2016.
- FONSECA, Francisco. **Dimensões críticas das políticas públicas**. Caderno EBAPE.BR, v. 11, n.3, artigo 5, 2013.
- FRITSCH, Ivânea Elisabete, (2009). **Resíduos Sólidos e seus aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais**. Porto Alegre, EU/Secretaria Municipal da Cultura, 143p.
- GELINSKI, C.R.O.G.; SEIBEL, E.J. **Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes**. Revista de Ciências Humanas. v.42, n.1 e 2, p. 227-240, 2008.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques, **Aspectos teóricos metodológicos da pesquisa avaliativa**. In: SILVA, Maria Ozanira Silva e (ORG). **Avaliação de Políticas e programas sociais teoria e prática**. São Paulo: Vozes, 2001.
- HOWLETT, Michael. **Designing Public Policies: Principles and Instruments**. New York: Routledge, 2011.

LASCOURMES, Pierre (2007). "Traduction". In : Boussaguet, L., Jacquot, S. & Ravinet, P. (dir.), **Dictionnaire des Politiques Publiques**. Paris : Presse de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, pp. 437-44.

LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. D.O.U de 02 de agosto de 2010.

LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. D.O.U de 02 de agosto de 2010.

LOGAREZZI, A. J. M. **Contribuições conceituais para o gerenciamento de resíduos sólidos e ações de educação ambiental**. In: LEAL, A. C. R. Resíduos sólidos no Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente: Antonio Thomaz Junior, 2007. p.219-246.

LOWI, Theodor. "**American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory**", **World Politics**, 16: 677-715. 1964

MARCHI, Cristina Maria Dacach Fernandez. **Cenário Mundial dos Resíduos Sólidos e o Comportamento Corporativo Brasileiro Frente à Logística Reversa. Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, Vol. 1, n. 2, p. 118-135. João Pessoa, 2011. Disponível em: Acesso em: 12 out. 2014.

MEAD, L. M. "**Public Policy: Vision, Potential, Limits**", **Policy Currents**, Fevereiro: 1-4. 1995.

MENEZES, M.G.; BARBOSA, R.M.; JÓFILI, Z.M.S.; MENEZES, A.P.A.B.. **Lixo, Cidadania e Ensino: Entrelaçando Caminhos. Química Nova na Escola**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Química. nº 22. novembro de 2005. p. 38-41.

MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional**. 3ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

ROCHE, C. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas, conceitos, esquemas de análise e casos práticos**. 2a . ed. [S.I.]: Cengage Learning, 2013. p. 1

SILVA, E. G. **Desempenho Institucional: a política de qualificação dos docentes da UESB**. 2009. 134 f. Dissertação (Mestrado) – UNEB / Departamento de Ciências Humanas, Salvador.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias. Porto Alegre, v. 8, n.16, jul/dez, p.20-45, 2006.

TEIXEIRA, Izabella. **Vamos Cuidar do Brasil: 4º Conferência Nacional do Meio Ambiente – Resíduos Sólidos**. Texto Orientador. 2º Edição. Brasília, maio de 2013.

UNITRABALHO. **Projeto Cataforte**. Disponível em:
<http://www.unitrabalho.org.br/spip.php?article103>. Acesso em 30/03/2014.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

APÊNDICE A

Entrevista usada na coleta de dados da pesquisa

Tipo: Roteiro de entrevista semiestruturada.

Entrevistada: Presidente do IDHMA- Instituto de Direitos Humanos e do Meio Ambiente.

Objetivo: Identificar em que fase de execução encontra-se o Programa CATAFORTE no município de Palmas-TO.

Nome: _____

Idade: _____

Formação Profissional: _____

ENTREVISTA:

1. Em que consiste o CATAFORTE?
2. Qual o objetivo do programa CATAFORTE?
3. Qual a importância do programa CATAFORTE para os catadores e para a sociedade?
4. Em que ano foi iniciado a execução do CATAFORTE no município de Palmas-TO?
5. Quais as foram as principais dificuldades encontradas na implantação dele?
6. O CATAFORTE foi dividido em etapas?
7. Se sim, quais foram as etapas executadas pelo IDHMA?
8. Quais foram os objetivos de cada uma dessas etapas?
9. Esses objetivos foram alcançados?

10. Se sim, de que forma esses objetivos foram alcançados?
11. Se não, por quê?
12. Como foi a execução dessas etapas do CATAFORTE?
13. Quais foram às dificuldades encontradas em cada uma delas?
14. Foi possível superá-las? Como?
15. Qual o período de duração de cada etapa do programa, executada pelo IDHMA?
16. Foi dentro do prazo estipulado?
17. Se não, qual foi motivo?
18. Em sua opinião, o CATAFORTE fortaleceu a figura do catador de materiais recicláveis?
19. De que forma?
20. Em que fase o CATAFORTE encontra-se atualmente?
21. Está dentro do planejado?
22. Qual a expectativa em relação a conclusão do CATAFORTE?

APÊNDICE B

Entrevista usada na coleta de dados da pesquisa

Tipo: Roteiro de entrevista semiestruturada.

Entrevistada: Profissionais do IDHMA- Instituto de Direitos Humanos e do Meio Ambiente.

Objetivo: Verificar as principais dificuldades encontradas na implantação do Programa CATAFORTE em Palmas-TO.

Nome: _____

Idade: _____

Formação Profissional: _____

ENTREVISTA:

1. Por que você decidiu fazer parte da equipe de execução do Programa CATAFORTE?
2. Você já conhecia o CATAFORTE?
3. Qual sua opinião a respeito dele?
4. Você participou desde a implantação do Programa?
5. Se sim quais foram as principais dificuldades encontradas?
6. Foi possível superar essas dificuldades?
7. Como isso foi feito?
8. As dificuldades encontradas durante a execução do CATAFORTE estão relacionadas à que aspectos:
 - a) Pessoas
 - b) Processos

- c) Econômicos
- d) Agenda
- e) Ambiente
- f) Outros_____

9. Todas as metas durante a execução do CATAFORTE foram alcançadas dentro do prazo estipulado.

10. Se não, quais foram os motivos?

11. Você participaria de outro CATAFORTE?

12. Se sim, você faria tudo do mesmo jeito, ou faria diferente?

13. Se não, por quê?

14. Em sua opinião qual a contribuição do Programa CATAFORTE para a vida dos catadores e para a sociedade?

15. O CATAFORTE trouxe algum impacto na sua vida?

16. Se sim, em quais aspectos?

APÊNDICE C

Entrevista em grupo focal usada na coleta de dados da pesquisa

Tipo: Entrevista em grupo focal.

Entrevistados: catadores da ASCAMPA- Associação dos catadores de materiais recicláveis da região norte de Palmas

Objetivo: Mensurar impactos do CATAFORTE.

1. – Apresentação: a Moderadora convidará a todos para sentarem-se em círculo e apresentará o processo das entrevistas. (10 minutos)
2. – Temática: Falar como eles se organizavam antes do CATAFORTE (30 minutos à 2h).
3. –Temática: Falar da contribuição do CATAFORTE em suas vidas.

Questões para discussão

1. Como vocês conheceram o programa CATAFORTE? Como e quem os apresentou?
2. De que forma vocês decidiram participar do CATAFORTE?
3. Vocês tinham alguma expectativa em relação ao programa? Elas foram superadas?
4. Vocês confiaram no CATAFORTE desde o início?
5. O que vocês acharam do programa?
6. Com o CATAFORTE o que mudou na vida de vocês em relação a sociedade, família, amigos, qualidade de vida e na renda?

APÊNDICE D

Questionário usado na coleta de dados da pesquisa

Questionário

Objetivo: Mensurar impactos do CATAFORTE na vida dos catadores de materiais recicláveis.

1. Sexo: masculino () feminino ()
2. Idade: _____
3. Escolaridade: _____
4. Naturalidade: _____
5. Estado civil: _____
6. Você tem filhos? _____
7. Com quem você vive?
8. Onde você mora?
9. Antes de se tornar catador (a) de materiais recicláveis você trabalhava com que?
10. Como e porque você iniciou na atividade de catador (a)?
11. Como você conheceu o programa CATAFORTE?
12. Você participou desde o início do programa?
13. Qual a sua opinião sobre ele?
14. Você confiou no programa desde o início? Por quê?
15. Em sua opinião o CATAFORTE trouxe mudanças na vida dos catadores (as) ?
Quais?
16. O programa contribuiu para a melhoria da sua renda?
17. Quanto era sua renda? E quanto é sua renda agora?
18. O que mudou na sua vida em relação ao conhecimento, a família, aos amigos, a sociedade, ao respeito das pessoas, e a moradia?
19. O CATAFORTE contribuiu para você sentir-se mais valorizado enquanto ser humano e profissional? Por quê?
20. Em sua opinião o programa ajudou na estruturação dos catadores?
21. Você acredita que o CATAFORTE trouxe impactos para a comunidade local?
Quais?
22. Você participaria de um novo projeto desses? Por quê?

- 23. Você convidaria alguém para participar do CATAFORTE?
- 24. Qual sua sugestão de melhoria para o programa?
- 25. Quais suas expectativas futuras, sonhos?

APÊNDICE E**CARTA DE SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA NO
INSTITUTO DE DIREITOS HUMANOS E MEIO AMBIENTE**

Palmas-TO, 01 setembro de 2016.

À Senhora,

Fátima Dourado

Presidente do Instituto de Direitos Humanos e Meio Ambiente

Senhora Presidente,

Após cumprimentá-la, eu Raylane Raquel da Silva Santos discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, matrícula nº 2012101034018 venho solicitar a Vossa senhoria autorização para realizar uma pesquisa no Instituto de Direitos Humanos e Meio Ambiente, cujo objetivo é a obtenção de dados para o meu TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA CATAFORTE PARA A MUDANÇA DA REALIDADE SOCIAL EM PALMAS-TO, no curso superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFTO - Campus Palmas, orientado pelo Professor Especialista Luiz Antônio Lopes Toledo.

Respeitosamente,

Raylane Raquel da Silva Santos
Discente do curso Tecnólogo em Gestão Pública-IFTO Campus Palmas
Nº da matrícula: 2012101034018

APÊNDICE F

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor (a) participante,

Sou acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia- Campus Palmas.

Estou realizando uma pesquisa cujo objetivo principal consiste em verificar as contribuições do Programa CATAFORTE para a mudança da realidade social em Palmas-TO, estimando os impactos dessa política pública na transformação de vida dos catadores de materiais recicláveis da associação ASCAMPA.

O (a) Sr (a) está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa, identificada a seguir, respondendo o questionário e participando também da entrevista de grupo focal que será aplicado entre os catadores de recicláveis que participaram do CATAFORTE, sendo que estes procedimentos serão gravados pela pesquisadora.

Após ser esclarecido (a) sobre essas informações, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é a sua e a outra é da pesquisadora responsável.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título da Pesquisa: *As contribuições do programa CATAFORTE para a mudança da realidade social em Palmas-TO.*

Responsável: *Raylane Raquel da Silva Santos - Acadêmica do Curso de Tecnologia em Gestão Pública*

Orientador: *prof. Luiz Antônio Lopes Toledo*

Instituição a que pertence à pesquisadora responsável: *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Palmas*

Telefone para contato: (063) 98442-7058 e-mail: raylane.gpm@hotmail.com

Eu, _____

RG. nº _____, declaro ter sido informado (a) e concordo em participar de forma voluntário (a), da pesquisa acima descrita.

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Palmas - TO ____/____/**2016.**

Assinatura do participante